

**Helena Carreiras**

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da  
cerimónia de atribuição da 2ª edição do Prémio Defesa Nacional e Igualdade**

Escola das Armas, Mafra, 10 de outubro de 2022

**A atribuição de prémios e incentivos a boas práticas é uma excelente razão para celebrar e reunir quem serve na Defesa Nacional.** É por isso com muito gosto, que participo nesta iniciativa em que atribuímos, pela segunda vez, o jovem Prémio Defesa Nacional e Igualdade.

Este Prémio, desenvolvido em parceria com a área governativa da Igualdade, é pioneiro na Administração Pública central, **colocando o Ministério da Defesa Nacional na vanguarda no que respeita à integração das melhores práticas na promoção da igualdade entre mulheres e homens** e da não discriminação na missão das Forças Armadas e na atuação de todos os seus serviços.

Começo por felicitar as entidades premiadas e todas as que apresentaram candidaturas a esta 2ª Edição. O interesse de cada vez mais instituições da Defesa em desenvolver práticas institucionais que reflitam os princípios da Igualdade é prova da transversalidade deste tema na política de defesa nacional.

Naturalmente, **o meu principal cumprimento vai para a instituição premiada, o Estabelecimento Prisional Militar.** Esta candidatura demonstrou de forma muito clara a direção que devemos adotar nas nossas organizações de modo a contribuirmos de forma verdadeiramente conseqüente para a igualdade.

Esse tem sido o pressuposto orientador de toda a ação do Estabelecimento Prisional Militar, não só na **promoção e reforço da igualdade dos reclusos à sua guarda, mas também na garantia da paridade no corpo militar que presta serviço nesta instituição.**

O EPM mostra-nos que qualquer pequena ação pode ter um efeito multiplicador, e que mesmo uma unidade pequena, mas motivada e focada em fazer mais e melhor, pode atingir resultados extraordinários e constituir-se num exemplo a seguir. Refiro, a título de exemplo, a **preocupação de constituição de equipas mistas de Polícia do Exército, assegurando a garantia de uma adequada revista às visitas femininas.**

Quero, também, felicitar o **Instituto da Defesa Nacional** e a **Direção-Geral de Política de Defesa Nacional** pelas menções honrosas, com duas candidaturas muito focadas na institucionalização da integração da perspectiva de género no seio destas duas organizações.

A qualidade das candidaturas submetidas e a crescente consolidação institucional das práticas que refletem, leva-me a tecer algumas considerações sobre o que a Tutela se encontra também a fazer no âmbito da promoção da igualdade e da integração da perspectiva de género na ação da Defesa Nacional.

Em **primeiro lugar**, apresentámos há menos de um mês o novo Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2022-2025. Este Plano dá continuidade ao esforço anterior na Defesa Nacional para garantir a igualdade, aprofundando esse compromisso, aproveitando o potencial de todas as pessoas que servem na Defesa e contribuindo para a inovação, otimização e sucesso das suas missões.

Neste âmbito, gostaria de enaltecer o trabalho que o Gabinete da Igualdade do Ministério da Defesa Nacional tem vindo a desenvolver, constituindo-se num elemento-chave para a implementação das políticas nesta matéria.

Permitam-me uma palavra de apreciação especial para a Tenente-Coronel Diana Morais que não apenas dirige o gabinete como é neste momento a máxima responsável pelo Comité de Perspetivas de Género da NATO. O seu excelente trabalho nesse contexto tem sido objeto de generalizado reconhecimento, de novo reiterado durante a conferência anual do Comité que acaba de terminar em Bruxelas. Obrigada Diana, por assim dignificar e honrar a Defesa Nacional e Portugal.

O novo plano setorial, introduz também alguns elementos inovadores e transversais, dos quais destacaria os seguintes:

- A introdução, pela primeira vez, do conceito de “diversidade”, que irá traduzir-se na elaboração de um manual de boas práticas sobre promoção da diversidade no recrutamento e retenção nas Forças Armadas.

- O desenvolvimento de um estudo sobre as barreiras ao recrutamento, cujo objetivo é permitir uma reflexão sobre os constrangimentos ao recrutamento nas fases que antecedem o início da prestação de Serviço Militar dos e das jovens nas Forças Armadas, e que nos permitirá redefinir políticas e adaptar planos de ação.
- O desenvolvimento de critérios comuns e a harmonização de medidas no âmbito da proteção da parentalidade de militares das Forças Armadas.
- A harmonização dos conteúdos que são ministrados em todos os cursos de formação e promoção das Forças Armadas, incluindo no aprontamento das Forças Nacionais Destacadas e dos Adidos de Defesa, de forma a assegurar a coerência e a eficácia da mensagem.
- A implementação de ações de sensibilização sobre assédio e não-discriminação.

Em **segundo lugar**, devemos orgulhar-nos do longo caminho percorrido; um caminho onde a criação deste Prémio constitui um

marco significativo da aposta estratégica do Governo e da Defesa Nacional na participação plena e inclusiva de mulheres e homens, com base em princípios de igualdade e não-discriminação. São princípios constitucionais a que damos expressão real nas nossas instituições e, com isso, tornamo-las mais robustas e resilientes.

**Premiar as boas iniciativas institucionais é, por isso, reconhecer que a igualdade não é apenas um direito de cidadania. É, simultaneamente, um dever que incumbe ao Estado, um dever explicitamente prescrito na Constituição da República Portuguesa e nas leis internacionais a que estamos vinculados.**

Este Prémio justifica-se porque a participação igualitária na Defesa não é apenas uma questão normativa e de princípio, é também uma questão estratégica e de eficácia operacional para a Defesa Nacional.

Numa era de crescente competição geopolítica, de ameaças híbridas e conflitos irregulares, de ambientes operacionais fortemente marcados por tecnologias disruptivas emergentes e

com contornos ainda não plenamente conhecidos, **sabemos que temos de mobilizar todo o talento disponível na nossa sociedade, para servir na Defesa.**

**Minhas senhoras e meus senhores,**

**A Defesa Nacional tem sido pioneira da igualdade nas últimas décadas,** mas continuamos a confrontar-nos com grandes desafios, um dos quais consiste em conseguir equilibrar, na medida do possível, a participação de homens e mulheres nas nossas instituições.

Para isso **é fundamental continuarmos a combater as barreiras invisíveis, profundamente enraizadas na sociedade,** que continuam a dificultar o acesso das mulheres à liderança e a todas as funções.

É com esse objetivo em mente que continuaremos a trabalhar na Defesa Nacional. Para aumentar e normalizar a presença das mulheres em todas as áreas, da atividade operacional aos serviços

de apoio, em lugares de comando e direção, nas Forças Armadas e em todos os organismos da Defesa.

Considero que estamos no bom caminho. Contamos atualmente com cerca de 14% de mulheres nas fileiras e com quatro mulheres oficiais gerais no ativo, três na Força Aérea, estando uma ao serviço na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, e uma na Marinha. Embora estes números estejam na média dos nossos Aliados na NATO e dos nossos parceiros na União Europeia, **este progresso não pode ser razão de complacência: deverá ser sustentado e deverá ser refletido na ação de todas e todos os que fazem a Defesa do nosso país.**

Temos também progredido de forma consistente dentro das estruturas da Defesa Nacional. **O Ministério da Defesa Nacional conta com 43% de mulheres nos cargos de dirigentes,** ultrapassando o limiar mínimo de representação equilibrada entre homens e mulheres estabelecido na lei.

Aumentar a participação significativa das mulheres requer um compromisso quotidiano, de longo prazo e a todos os níveis, não apenas para uma sociedade cada vez mais justa, mas para uma sociedade que, ao promover a diversidade de perspetivas, será também menos vulnerável e mais resiliente face a um contexto internacional volátil.

É com satisfação que vemos este compromisso crescer e multiplicar-se, e esperamos poder continuar a contar com a colaboração da área governativa da igualdade, que aqui saúdo na pessoa da Senhora Secretária de Estado da Igualdade e Migrações.

Podem continuar a contar connosco para prosseguir este caminho estratégico, e para que a Defesa Nacional permaneça, também nesta matéria, uma área governativa de referência para a sociedade portuguesa. Parabéns aos galardoados.

Muito obrigada.